

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/2205	2825/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Implementação de cobertura Wi-Fi (PRR) no Convento do Pópulo e Paços do Concelho e Convento de São Francisco

Enquadramento Legal:

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Órgão Executivo autorizar a despesa e aprovar as peças do procedimento (Programa e Caderno de Encargos).

Fundamentação:

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi celebrado entre o Município de Braga e o GEPAC o Contrato de Financiamento n.º 33/PRR/GEPAC/2023, destinado à execução do investimento C04-i01-m01 – Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais, integrado na componente RE-C04-i01 – Redes Culturais e Transição Digital.

Na execução inicial do contrato, foram abrangidos os seguintes equipamentos culturais, cuja implementação da cobertura Wi-Fi se encontra já executada e concluída:

- Museu dos Biscainhos
- Mosteiro de São Martinho de Tibães
- Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa

Na sequência dessa execução e da existência de verbas disponíveis, foi celebrada a Adenda ao Contrato de Financiamento, em outubro de 2025, a qual veio alargar o âmbito do investimento, passando o montante global financiado a 1.200.000,00 €, contemplando adicionalmente os seguintes equipamentos:

- Paços do Concelho
- Convento do Pópulo



- Convento de São Francisco

A implementação da cobertura Wi-Fi nestes equipamentos visa reforçar a conectividade digital, melhorar a experiência dos utilizadores e assegurar o cumprimento dos objetivos de modernização tecnológica definidos no PRR, recorrendo a soluções técnicas alinhadas com as melhores práticas e com a infraestrutura existente.

Proposta:

Submeter à deliberação do Órgão Executivo:

1. A autorização para a despesa necessária à contratação das referidas apólices e da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP;
2. Da escolha do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP;
3. A aprovação das peças do procedimento (Programa de concurso e Caderno de Encargos), em anexo, nos termos do artigo 40.º, nº2 do CCP.
4. Restantes propostas constantes do ponto 3.º da informação de abertura de procedimento
5. Determinar que se proceda à tramitação subsequente do procedimento, nos termos legais aplicáveis.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

